

CADERNO DE QUESTÕES

AVALIAÇÃO NACIONAL DA DISCIPLINA CONCEITOS E APLICAÇÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL [PI] VIRTUAL

1. Esta prova contém 16 (dezesesseis questões), cada uma com 4 (quatro) alternativas.
2. A duração da prova é de **1 (uma) hora**.
3. Para cada questão existe **somente uma alternativa correta**.
4. Assinale a alternativa que julgar correta.
5. Não deixe nenhuma questão em branco.
6. Não haverá tempo suplementar para marcar as respostas.

IMPORTANTE:

- O resultado desta avaliação corresponde a 50% da nota final da disciplina.

BOA AVALIAÇÃO!

QUESTÃO 01.

Quais são as limitações ao direito de patente estabelecidas pela Lei da Propriedade Industrial, especialmente no que se refere ao uso experimental de uma invenção patenteada?

- a) O uso experimental de uma invenção patenteada é sempre proibido, a menos que seja licenciado pelo titular da patente.
- b) A Lei da Propriedade Industrial permite o uso experimental de uma invenção patenteada por terceiros, desde que o uso tenha o objetivo de obter informações e resultados para estudos e pesquisas científicos, sem fins comerciais.
- c) O uso experimental é permitido apenas para universidades públicas e institutos de pesquisa, sem restrições de finalidade.
- d) O uso experimental só é permitido para inovações tecnológicas em fase de prototipagem, sem aplicação comercial.

QUESTÃO 02.

A Lei nº 9.279/96 estabelece disposições sobre a cessão de patentes. Quais são os requisitos e formalidades para que a cessão de uma patente seja considerada válida perante terceiros?

- a) A cessão de uma patente só precisa ser registrada no cartório local, sem a necessidade de qualquer notificação ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).
- b) Para que a cessão de uma patente seja válida perante terceiros, ela deve ser registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), e a documentação de transferência precisa conter a descrição completa dos direitos cedidos.
- c) A cessão de patentes pode ser formalizada através de contratos privados entre as partes, sem a necessidade de registro no INPI.
- d) A cessão de uma patente só é válida se for acompanhada de um acordo de exclusividade comercial para o titular original.

QUESTÃO 03.

Por quanto tempo o direito de proteção de uma cultivar é garantido ao obtentor, conforme a Lei de Proteção de Cultivares?

- a) 10 anos para todas as espécies vegetais.
- b) 15 anos, exceto para videiras, árvores frutíferas, florestais e ornamentais, cujo prazo é de 18 anos.
- c) 20 anos para todas as cultivares, sem exceção.
- d) 5 anos, renováveis por mais 5 anos.

QUESTÃO 04.

Em relação ao sistema de proteção de cultivares previsto na Lei nº 9.456/97, qual é o papel desempenhado pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), e quais são os critérios utilizados para a concessão do certificado de proteção?

- a) O SNPC é responsável por fiscalizar o comércio de sementes, e os critérios são adaptabilidade ao clima e resistência a pragas.
- b) O SNPC é responsável pela fiscalização da qualidade das sementes e o desenvolvimento de novas cultivares, utilizando critérios de produtividade e resistência a doenças.

- c) O SNPC avalia o atendimento dos critérios de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade, além de garantir o cumprimento dos requisitos de originalidade e inovatividade da cultivar.
- d) O SNPC tem como função principal controlar a produção de cultivares geneticamente modificadas, com base em critérios de segurança ambiental.

QUESTÃO 05.

No que se refere à nulidade e ao cancelamento da proteção de cultivares, quais são as hipóteses previstas na Lei de Proteção de Cultivares para a perda do direito de proteção?

- a) A proteção de uma cultivar pode ser cancelada caso seja constatado que a cultivar não apresenta produtividade superior às variedades já existentes.
- b) A proteção será cancelada automaticamente se o obtentor não conseguir comercializar a cultivar dentro de cinco anos após a concessão da proteção.
- c) A nulidade ou cancelamento da proteção ocorre caso o obtentor tenha fornecido informações falsas ou omitido dados relevantes sobre a cultivar durante o processo de registro, ou se a cultivar perder suas características distintivas, homogêneas e estáveis.
- d) A proteção será nula ou cancelada se houver qualquer alteração genética na cultivar, independentemente de sua relevância para a produtividade ou estabilidade

QUESTÃO 06.

Em relação ao conceito de Indicação Geográfica (IG) no Brasil, qual é a principal diferença entre uma Indicação de Procedência (IP) e uma Denominação de Origem (DO)?

- a) A Indicação de Procedência refere-se à qualidade do produto relacionada exclusivamente ao processo de produção, enquanto a Denominação de Origem refere-se ao local de registro do produto.
- b) A Indicação de Procedência reconhece o nome geográfico como centro histórico de produção de determinado produto, enquanto a Denominação de Origem exige que a qualidade ou características do produto sejam atribuídas ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos.
- c) A Indicação de Procedência protege apenas produtos agrícolas, enquanto a Denominação de Origem abrange tanto produtos agrícolas quanto industriais.
- d) A Indicação de Procedência se aplica apenas a produtos de exportação, enquanto a Denominação de Origem se aplica a produtos consumidos no mercado interno

QUESTÃO 07.

A respeito da proteção internacional das Indicações Geográficas, como o Brasil garante a proteção de suas IGs em outros países, e qual é o principal tratado que regula essa proteção globalmente?

- a) O Brasil garante a proteção internacional das suas IGs por meio de acordos bilaterais com outros países e participa do Acordo de Paris, que regula as IGs globalmente.

- b) A proteção das IGs brasileiras no exterior é garantida pelo Tratado de Madri, que obriga todos os países signatários a reconhecer as IGs de outros países.
- c) A proteção internacional das IGs brasileiras depende exclusivamente do reconhecimento voluntário por parte dos países de destino dos produtos, sem base em tratados internacionais.
- d) O Brasil garante a proteção de suas IGs através da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), que estabelece padrões mínimos para a proteção das IGs

QUESTÃO 08.

No contexto da proteção de marcas, a Lei de Propriedade Industrial define "marcas de alto renome". Quais são as principais características e proteções conferidas a essas marcas?

- a) Marcas de alto renome são protegidas apenas no setor de atuação específico da empresa que as detém, sem se estender a outros segmentos do mercado.
- b) Marcas de alto renome recebem proteção especial em todos os ramos de atividade, impedindo que sejam registradas por terceiros em qualquer classe de produtos ou serviços.
- c) A proteção de marcas de alto renome é válida apenas no Brasil e não tem efeito em acordos de proteção internacional de propriedade intelectual.
- d) Marcas de alto renome têm o privilégio de serem automaticamente registradas em outros países membros da Convenção de Paris, sem a necessidade de registro local.

QUESTÃO 09.

Em relação ao licenciamento de programas de computador no Brasil, qual é a diferença entre um contrato de cessão de direitos e um contrato de licença de uso?

- a) No contrato de cessão, o titular transfere a propriedade do programa de forma definitiva, enquanto na licença de uso o titular permite o uso do programa por tempo determinado ou indeterminado, sem transferir a propriedade.
- b) No contrato de licença de uso, o titular transfere a propriedade do código-fonte, enquanto na cessão de direitos o titular retém a propriedade, mas concede a terceiros a exploração comercial.
- c) O contrato de cessão se aplica apenas a softwares de código aberto, enquanto o contrato de licença de uso se aplica a programas proprietários.
- d) Não há diferença legal entre cessão de direitos e licença de uso no Brasil, ambos os contratos tratam da transferência de todos os direitos sobre o software.

QUESTÃO 10.

Qual é a principal função do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em relação ao registro de programas de computador no Brasil?

- a) O INPI é responsável por conceder patentes de programas de computador, validando sua proteção jurídica.

- b) O INPI realiza o registro de programas de computador para garantir a prova de autoria e a data de criação, mas a proteção dos direitos decorre automaticamente da criação do software, sem a necessidade de registro.
- c) O INPI é responsável por licenciar o uso de programas de computador registrados por empresas estrangeiras que desejam comercializar seus produtos no Brasil.
- d) O INPI não tem nenhuma responsabilidade em relação ao registro de programas de computador, sendo essa tarefa exclusiva da Biblioteca Nacional.

QUESTÃO 11.

Qual dos seguintes itens NÃO é considerado um desenho industrial passível de proteção de acordo com a Lei da Propriedade Industrial?

- a) A forma de uma embalagem plástica ornamental utilizada para produtos alimentícios.
- b) A aparência ornamental de uma peça de mobiliário projetada para fins decorativos.
- c) Uma inovação tecnológica que melhora a funcionalidade de uma ferramenta, sem alterar sua aparência.
- d) O design de um acessório de moda, como óculos, que apresenta uma nova forma estética.

QUESTÃO 12.

Em relação à análise de novidade para o registro de desenho industrial, a Lei da Propriedade Industrial estabelece uma exceção para divulgações feitas dentro de um determinado prazo antes da data de depósito do pedido. Qual é essa exceção e como ela afeta o registro de um desenho industrial?

- a) O desenho industrial é considerado novo se tiver sido divulgado em qualquer país no prazo de até 12 meses antes da data de depósito, desde que por exposições internacionais reconhecidas oficialmente.
- b) O desenho industrial perde a novidade se for divulgado em qualquer lugar do mundo dentro de 180 dias antes do depósito, independentemente da circunstância de divulgação.
- c) A divulgação do desenho industrial por terceiros, sem o consentimento do autor, em até 180 dias antes da data de depósito, não prejudica a novidade.
- d) A novidade é mantida mesmo após a divulgação pública, desde que o depósito seja feito dentro de 24 meses após a primeira divulgação.

QUESTÃO 13.

Na gestão de portfólio de patentes por um NIT, qual é a abordagem recomendada para manter a relevância e valor do portfólio?

- a) Manter todas as patentes registradas independentemente de seu uso ou valor econômico.
- b) Revisar periodicamente o portfólio de patentes para avaliar a relevância e decidir sobre a manutenção, licenciamento ou abandono de patentes.
- c) Focar na proteção de patentes apenas para tecnologias que já foram comercializadas com sucesso.
- d) Reduzir o número de patentes registradas para minimizar os custos, independentemente de seu valor estratégico.

QUESTÃO 14.

A Lei da Propriedade Industrial permite a acumulação de proteção para um mesmo produto. Em quais situações um titular pode obter simultaneamente proteção de desenho industrial e outras formas de proteção intelectual, e quais são as implicações dessa acumulação?

- a) O titular pode acumular proteção de desenho industrial e patente de invenção apenas para produtos de alta tecnologia, que possuam tanto características estéticas quanto funcionais.
- b) A acumulação de proteção de desenho industrial e marca é possível para produtos cuja forma seja distintiva, mas o titular deve escolher entre uma das proteções para exercer seus direitos.
- c) O titular pode acumular proteção de desenho industrial e direitos autorais, desde que o desenho tenha elementos artísticos significativos, mas essa acumulação não permite a reprodução comercial de cópias sem autorização.
- d) A acumulação de desenho industrial e patente de modelo de utilidade é permitida quando o produto combina um formato ornamental inovador com uma melhoria funcional.

QUESTÃO 15.

Quais são os critérios utilizados pelo INPI para avaliar a originalidade de um desenho industrial, e como a análise de originalidade se distingue da análise de novidade?

- a) A originalidade de um desenho industrial é avaliada com base em sua capacidade de gerar inovação tecnológica, enquanto a novidade é verificada pela ausência de divulgações anteriores.
- b) A análise de originalidade foca na estética do desenho, considerando sua distinção em relação a outros desenhos industriais, enquanto a novidade analisa se o desenho foi ou não divulgado publicamente antes do depósito.
- c) O critério de originalidade exige que o desenho seja completamente novo e inovador em todas as suas partes, enquanto a novidade permite que pequenos detalhes do desenho tenham sido divulgados anteriormente.
- d) A originalidade de um desenho industrial está relacionada à sua funcionalidade prática, enquanto a novidade está vinculada à sua aplicabilidade industrial.

QUESTÃO 16.

De acordo com a Lei da Propriedade Industrial, o que NÃO pode ser objeto de patente no Brasil?

- a) Novos métodos terapêuticos ou cirúrgicos para tratamento humano ou animal.
- b) Substâncias ou materiais novos, desde que possuam aplicação industrial.
- c) Micro-organismos transgênicos que cumpram os requisitos de patenteabilidade.
- d) Processos químicos inovadores que resultem em novos compostos.